

NÔ PINTCHA

FUNDADO EM 1975

Director: Humberto Monteiro

ANO XXIII - Nº 1607

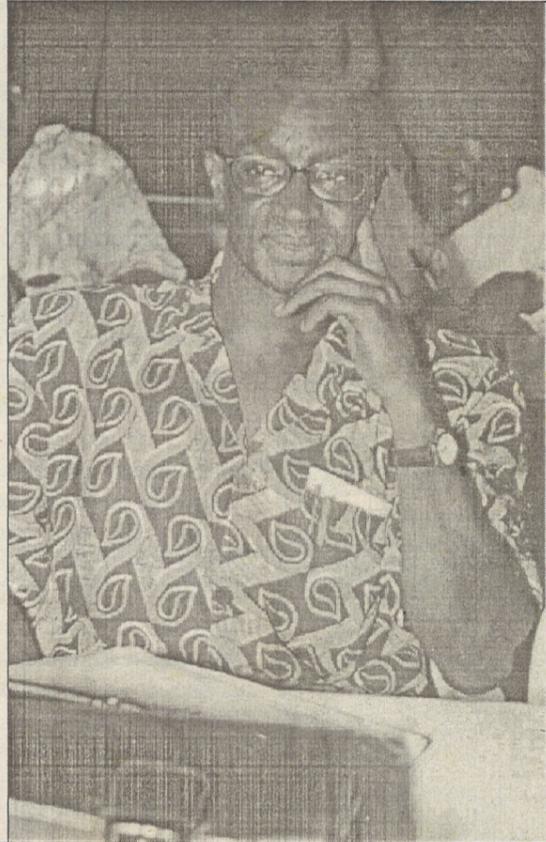
Preço: 250 F CFA

Semanário de Informação Geral

Av. do Brasil - CP 154 - Telef: 21 37 13 / 21 37 28 - Bissau

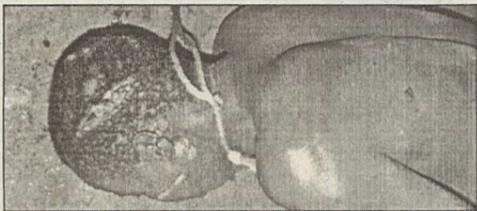
HÉLDER VAZ DENUNCIA IRREGULARIDADES NA ACTUAÇÃO DA CNE

RECONTAGEM DE VOTOS DÁ MAIS UM DEPUTADO À RGB



Página 12

CRIME PASSIONAL
SOBRINHO
MATA TIO À
MACHADADA



Páginas 12

PRISIONEIROS DE GUERRA GERAM POLÉMICA
ADVOGADOS CONTESTAM
MINISTÉRIO PÚBLICO



ELSA MENDES,
MISS SIMPATIA
CEDEAO

Página 5

Página 9



FLORBIS

Empresa do futuro



Em conferência de imprensa SINAMAR questiona Delegados do Ministério Público foram subornados?

O presidente do Sindicato dos Marinheiros (SINAMAR) João Cá denunciou em conferência de imprensa, realizada no passado dia 20 do corrente, em Bissau que a justiça deve abranger todos, evitando que a "J Garandi" caia nas jaguas de Pindjiguiti, e o sofrimento de milhares de pessoas que



• A mesa que presidiu a conferência

viram suas famílias a morrer inocentes de bombas, susto, fome e doenças nas bolanhas, nas avenidas, nos campos de concentração.

João Cá disse que o Ministério Público deve demitir os seus dois delegados junto a Vara Crime do Tribunal Regional de Bissau, nomeadamente Armando Namontche e Carvario Ocarie das suas funções, porque são os principais autores da fuga do navio "Varela-Bissau" e do

seu armador, o espanhol Carlos Miranda Vanques.

Face a esta situação, o presidente do SINAMAR responsabiliza os dois magistrados das eventuais consequências que poderão advir desta situação, e exige os mesmos a responsabilizarem do alojamento e alimentação dos marinheiros deste navio abandonados no Cais, até que haja solução da situação.

O Ministério Público como fiscalizador e detentor da acção penal e garante do

cumprimento da legalidade, deveria agir com prudência, uma vez que os marinheiros estão perante uma violação do direito e liberdade fundamentais dos cidadãos, sublinhou João Cá

De acordo com este sindicalista o procedimento dos marinheiros consiste essencialmente em garantir a realização da justiça, evitando a fuga do infractor. Segundo ele os representantes do Ministério Público neste processo não entenderam, o que motivou a indignação e protestos dos marinheiros contra os procedimentos dos doutores Armando Namontche e Carvario Ocarie.

O presidente do SINAMAR afirmou que para encontrar uma solução favorável, a capitania dos portos deve reter o passaporte do armador, já que o navio fugiu sem cumprir as suas obrigações contratuais

com os marinheiros e levaram todos os materiais dos 13 marinheiros.

"Apesar de toda esta história os marinheiros reclamam o pagamento dos salários de três meses e sistemática violação do direito cívico dos sócios do SINAMAR que alguns deles apanharam acidente no trabalho, que resultou na amputação dos dedos das mãos", sustentou.

Nesta perspectiva, João Cá disse que já apresentaram uma queixa-crime no Ministério Público contra Armando Namontche e Carvario Ocarie. Caso não for resolvido pelo Ministério Público, o Sindicato realizará uma marcha de protesto e de solidariedade a favor dos marinheiros cujos direitos foram trocados em benefício de algum suborno.

Rui Gomes

NÔ PINTCHA

Director
Humberto Monteiro
Chefe de Redacção
Bacar Baldé

Redactor Principal
Carlos Casimiro

Nacional
Meta Camará, Bacar Mané e Aruna Jamanca

Reportagem
Adulai Djaló, Djuldé Djaló Agostinho e Pereira Gomes

Desporto
Porfírio Mendonça e Rui Gomes

Fotografia
Mário Joaquim Gomes, Manuel da Costa e Pedro Fernandes

Secretaria de Redacção
Ivete Monteiro, Ângela Reis, Aua Camará e Judite Vieira

Edição Electrónica
Anselmo Matche, Mário Óscar e Flaviana Malú

Administração
Marcos Dabó, Amâncio Tepam-é, Edmundo Piedade, N'Gona Mané e Ansumane Turé

Estagiários
Mamá Saliu, Valentina da Silva, Onélia Alves e Amarante Sampa

Colaboradores
Graciete Injai, Oina Piky e Simoa Fernandes

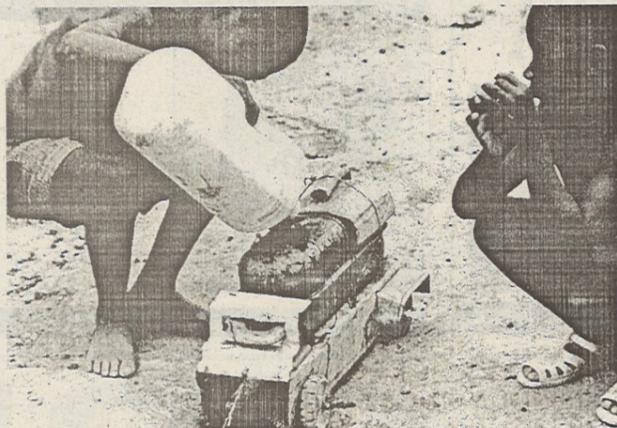
Crianças expõem trabalhos

Será inaugurada amanhã dia 24 do corrente no Centro de Estudos Brasileiros em Bissau, uma exposição de trabalhos de crianças vindas dos diferentes bairros da capital e um "presépio gigante" vai ser montado no jardim em frente a Embaixada do Brasil.

A iniciativa é da organização não-governamental, Promoconsult, que está a realizar um atelier de construção de brinquedos locais sob o lema "criar, valorizando a iniciativa jovem", onde participam cerca de 100 crianças na faixa etária dos 6 aos 16 anos e que tem como objectivo estimular a criação com meios locais de brinquedos, aproveitando o talento e a imaginação desses menores.

O atelier está a decorrer na oficina "Publik Art" sita na rua São Tomé.

Por outro lado, a



• Brinquedo feito por uma criança

Promoconsult está a realizar um seminário para o reforço da capacidade organizacional e de

intervenção das associações juvenis, dirigido aos líderes, dirigentes e membros destacados

das associações juvenis com o objectivo de melhorar a capacidade de "aproche", de "savoir faire" e de intervenção das associações juvenis.

No seminário estão sendo abordados os seguintes temas: juventude e direito associativo, identificação e formulação de projectos e técnicas de animação e comunicação rural e urbana, no qual participam cerca de 20 jovens seleccionados de entre várias associações juvenis.

Salienta-se que estas duas acções estão sendo realizadas em parceria com a ONG sueca, Rádda Barnen.

Bacar Baldé

Ponte de São Vicente e rede rodoviária

UE disponibiliza mais de 27 milhões de dólares

O Governo e a União Europeia avaliaram um montante em 27 milhões de dólares para a construção da Ponte de São Vicente, no sector de Bula.

Esta afirmação foi feita pelo director-geral das Infraestruturas e Transportes, Mussá Djassi, tendo acrescentado que "só falta a oficialização do acordo".

Segundo ele a UE já disponibilizou dinheiro para reparação das zangadas e que neste momento estão a espera das facturas proformas solicitadas.

No quadro das reabilitações de redes rodoviárias, Mussá Djassi esclareceu que o Ministério para além do projecto já preparado para o relançamento do concurso para a execução de obras de pavimentação da estrada que liga Tantan-Cossé/Cambajú com a excepção de Sare Bacar, neste momento, está numa fase de reactivação de dados dos estudos sobre a reabilitação das estradas que ligam Buba-Catió, avaliado em 250

mil dólares e que será negociado com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD).

Ainda, no contexto das reabilitações o director-geral disse que o Governo está a encetar negociações com a Comunidade Europeia com vista ao financiamento do Projecto de recuperação das estradas que ligam Gabú- Pirada, Pitche-Fulamore e Tchetché-Boé.

De entre outros projectos que, também visam a melhoria da rede rodoviária, Mussá Djassi afirmou que o Governo tem estado a negociar com a Associação Mista Guineo-Líbia com vista a reabilitação da estrada que liga Enchudé-Buba.

Da mesma forma acrescentou que o executivo vem negociando com a Cooperação Brasileira no que toca a questão da estrada que liga São Domingos-Varela.

O director-geral referiu que



• A União Europeia tem financiado a construção de vias rodoviárias por todo o país

neste momento, as obras de reabilitação que estão sendo executadas nalgumas ruas de Bissau foram financiadas pela UE através de uma ajuda de emergência no valor de 600 mil euros.

Mussá Djassi disse que as obras foram divididas em quatro lotes subdivididos na reabilitação e manutenção de algumas

ruas de Bissau nesta primeira fase.

Segundo ele, a avaliação das obras totaliza 1831 milhões de Francos CFA.

Djassi sublinhou que a Empresa AREZKI vai reabilitar todas as ruas de Bissau-Velho e uma parte da rua José Carlos Shwarz no bairro de Ajuda II

fase.

Das empresas que participaram no concurso, figuram a CENARCO que foi habilitado para se ocupar da limpeza e drenagem e FRANZETTI que vai construir um arquiduto no Bairro de Cuntum.

Aruna Jamanca

2000 pode ser ano negro para ensino guineense

Tudo deve-se ao facto de incumprimento por parte do Ministério da Educação Nacional (MEN) do acordo assinado entre esta instituição com o Sindicato nacional dos Professores (SINAPROF).

O referido acordo rubricado em Outubro de 1999 entre as duas instituições, na presença do Ministério da Economia e Finanças e da Secretária de Estado de Reforma Administrativa e Função Pública, previa entre outros, o pagamento até finais do mesmo mês todos os salários atrasados dos docentes contratados, horas extras, acumulações, subsídios, gratificações, bem como o enquadramento dos referidos contratos.

Mas parece que o acordo foi metido nas gavetas, minando assim as expectativas e ânimos dos professores, uma situação que nada agradou o SINAPROF, inclusive os professores contratados terão acusado a direcção do SINAPROF e o MEN de ter mantido silêncio absoluto da situação.

Face a mesma, o SINAPROF vem surgindo com pré-

aviso de greve, entregue ao patronato, ameaçando paralisar totalmente em todo o território nacional o funcionamento das aulas, a partir de 3 de Janeiro de ano 2000. A medida visa exigir do MEN o cumprimento do acordo assinado para garantir um normal funcionamento da actividade educacional.

O SINAPROF lembra em bela frase crioula "SACO LIMPO KA TA FIRMA", querendo com isto dizer que os professores não poderão trabalhar com fome na barriga.

Quem prejudicará com esta decisão do SINAPROF sem dúvida serão os alunos e os pais encarregados de educação dos mesmos, que gastam os seus dinheiros em matriculas, propinas, compra de materiais escolares e transportes.

Mas parece que este facto está tornar uma tradição no ensi-

no guineense que, nos últimos anos tem vindo a ser confrontado com constante paralização das aulas, o que contribui negativamente na aprendizagem dos alunos. Além de mais, contribui gradualmente para o baixo nível do ensino, porque os programas do ano lectivo não são cumpridos, e se é, não ultrapassa os 40 por cento.

Não só estas, verificam-se ainda outras situações nas escolas do país que deparam com problemas de falta de giz, quadros, carteiras, casas de banhos, para não falar da energia eléctrica, e este último que constitui o maior descalabro do curso nocturno.

Mesmo houve recentemente uma revolta de alunos de curso nocturno do Liceu Nacional Kwame N'krumah. Estes perderam a paciência depois de vários dias sem corrente electri-

ca nos pavilhões, ao lado da Presidência da República, pois, não foram convencidos com as explicações da direcção da escola, atiraram pedras e garrafas contra o edifício principal.

Ainda no dia 21 do corrente houve uma manifestação dos alunos da Escola Formação "17 de Fevereiro" conjuntamente com os alunos de Tchico Té e do ENEFD que marcharam até frente ao Ministério da Educação exigindo que os seus direitos fossem respeitados. Entre outras, os manifestantes reclamavam o pagamento dos seus subsídios em atraso e o reinício das aulas naqueles restabelecimentos escolares, bem como a melhoria do sistema de ensinamento com professores qualificados.

Ainda destas manifestações, se lembra da greve dos alunos em 25 de Abril 1997 em que destruíram edifícios e viaturas

públicas, inclusive os Ministérios da Educação e da Economia e Finanças que foram os mais atingidos com esta onda de protesto dos alunos que acabou por alastrar em todo o território nacional.

Esta onda de greve deixou consequência já mais esquecíveis na segunda cidade do país, onde os arquivos do ciclo de Bafatá foram retirados e queimados pelos manifestantes.

Ainda em Gabú, o edifício das Alfândegas foi pilhado e saqueado, onde os alunos apudaram com alguns materiais incluindo a receita arrecada por aquela instituição aduaneira.

Os alunos protestavam em solidariedade com os professores que decidiam não publicar as pautas finais do ano lectivo, enquanto não forem pagados os seus salários.

Djuldé Djaló

Legalização de mais áreas protegidas

O dia 5 de Novembro de 1999 é um dia importante para a Guiné-Bissau, particularmente para as instituições e técnicos ligados a área do ambiente, conservação dos recursos naturais e da promoção do desenvolvimento sustentável. Trata-se do dia em que o Governo de Unidade Nacional, aprovou em Conselho de Ministros o Decreto Lei da Criação dos Parques Naturais das Lagoas de Cufada e "Tarrafes" do Rio Cacheu, bem como do Parque Nacional das Ilhas de Orango.

Isto não seria notícia se não fosse o facto de que essa medida institucional de extrema importância no âmbito da gestão dos nossos recursos naturais foi adiada por várias vezes, mesmo ainda antes do início do conflito armado que abalou o país em 7 de Junho de 1998. Refiro-me ao dossier do decreto lei da criação do parque de Cufada, cuja preparação e organização foi feita pela Direcção-Geral do Ambiente, através da Direcção do Parque de Cufada, sob assistência do Eng^o Renato Costa, Assistente Técnico indigitado pela

Mamadú Alfa Djaló,
Eng^o Silvicultor



Os dossiers do Parque Natural dos Tarrafes de Cacheu e do Parque Nacional das Ilhas de Orango foram preparados pela U.I.C.N., (União Internacional para a Conservação da Natureza) em colaboração com a Secretaria de Estado da Energia, Recursos Naturais e do Ambiente. É importante sublinhar que estas duas áreas protegidas estão sob a gestão dessa organização.

História

Na sequência da implementação do seu programa nacional para a conservação e gestão dos recursos naturais, o Governo empenhou-se na criação de áreas protegidas. O primeiro passo levado a cabo pelo Governo foi nos meados dos anos 80 quando a seu pedido o Governo da confederação Helvética, Suíça, através da U.I.C.N., em colaboração com o Ministério da tutela criaram um Gabinete de Planificação Costeira sob a tutela do Ministério do Desenvolvimento Rural e Agricultura - Direcção-Geral de Florestas e Caça.

Este projecto tinha como objectivo principal promover o desenvolvimento durável da zona costeira como também de identificar as áreas que devem ser protegidas no território nacional. Durante a selecção das áreas os critérios se basearam nos seguintes aspectos: a riqueza da área em termos de diversidade biológica; as condições naturais favoráveis a conservação e desenvolvimento das espécies e até certo ponto a fragilidade dos ecossistemas existentes. Assim, em 1990, como resultado da primeira fase do projecto da planificação costeira foi proposto a criação de uma rede de

áreas protegidas, constituído por cinco áreas protegidas.

O Parque Natural das Lagoas de Cufada, é uma das áreas propostadas para a conservação, devido a sua riqueza natural, dos seus ecossistemas e paisagens correspondentes de extrema beleza. Acresce que o interesse para esta zona já tinha existido, aliás ainda na época colonial e depois da independência a zona de Lagoas de Cufada atraiu a atenção das autoridades e especialista. Em consequência, a área foi submetida diferentes normas de utilização dos recursos locais, embora isto não tenha ajudado muito, sobretudo depois da independência, quando a pressão sobre os recursos aumentou consideravelmente, nomeadamente a caça abusiva com meios e métodos não recomendáveis; pesca intensiva na lagoa de Cufada, devido a crescente procura do seu famoso peixe, a "bentana de Cufada"; considerável aumento de espaços ocupados pelas pontas, fenómenos provenientes de medidas estruturais adoptadas pelo Governo nos anos 80; A necessidade crescente de novas parcelas de terreno para o arroteio e cultivo num quadro de agricultura itinerante (pampam); a necessidade da floresta como factor energético para quase totalidade da população existente, etc.

Todos estes fenómenos de degradação são de reconhecida importância sobretudo, em relação a conservação e manutenção da biodiversidade tanto ao nível nacional como ao nível internacional, condicionaram as autoridades competentes de adoptar medidas regulamentares necessárias para a salvaguarda de espécies e promoção do desenvolvimento durável e harmonioso na zona em questão. Essa medida passa precisamente na criação do Parque Natural das Lagoas de Cufada.

Estrutura do projecto

Em 1995 a União Europeia decidiu no quadro da Convenção Lome IV apoiar a Guiné-Bissau na sua política ambiental da criação de áreas protegidas. Essa decisão veio juntar aos esforços da criação do parque de Cufada por parte da Cooperação Portuguesa e cuja execução técnica seria da responsabilidade da I.C.N. - Instituto da Conservação da Natureza de Portugal.

Como resultado foi obtido o Projecto Conservação e Utilização Racional de Ecossistemas Frágeis na Guiné-Bissau, financiado pela União Europeia no valor total de 1350 mil ecu e da parte da Cooperação Portuguesa orçado em 413 mil ecu.

A natureza do projecto (duplo-financiamento) originou a formulação, em 1997, dum acordo tripartido, entre as partes envolvidas no projecto: Guiné-Bissau, União Europeia e Portugal. Este documento visava essencialmente aspectos ligados a coordenação entre as componentes nas actividades do projecto à luz da convenção de financiamento. Este projecto tem duas principais metas a atingir que vai ao encontro com as duas componentes:

- criação de um Centro de Áreas Protegidas de Buba e
- criação do Parque Natural das Lagoas de Cufada.

O objectivo global do projecto é de melhorar a capacidade de gestão, conservação e protecção de áreas protegidas na Guiné-Bissau com ênfase na utilização do método participativo, respeitando os valores tradicionais da popu-

lação residente e valorizando assim o conhecimento empírico da conservação.

No obstante de que as duas componentes estão inseridas no mesmo objectivo, cada uma delas tem por si própria as actividades concretas a desenvolver no âmbito do projecto:

- O centro deve, essencialmente, coordenar e harmonizar as actividades entre as áreas protegidas, formar agentes dos parques e da população, financiar os micro-projectos, etc.

O Parque essencialmente deverá implantar as infra-estruturas de base no território do parque; elaborar um plano de ordenamento e gestão do parque, através de estudos aprofundados dos diferentes ecossistemas, cuja a implementação exige concertação prévia com as comunidades residentes. Estes estudos são assegurados por técnicos do Instituto de Investigação Científico Tropical de Portugal, (IICT) e zelar pelo crescimento económico local.

É necessário sublinhar que o financiamento por parte da União Europeia cobre as duas componentes do projecto, enquanto que o financiamento de Portugal é exclusivamente destinado a componente parque de Cufada.

Parque de Cufada

O Parque Natural das Lagoas de Cufada situa-se no sul do país, concretamente na região de Quinara, entre os sectores de Fulacunda e Buba. Tem 75 mil hectares, é limitado ao norte pelo rio Corubal (entre Uana Porto e o local em que o caminho que liga Nhala e Gã-Conte encontra o Corubal), a leste pela estrada que liga Buba-Quebo (até ao desvio para Nhala localizado à cerca de 9,5 quilómetros do cruzamento Fulacunda/Catio. A partir de Nhala até Gã-Conte, concretamente até ao local de encontro da estrada com o rio Corubal), a sul pelo rio Grande de Buba, entre Buba e a foz do rio Fulacunda ou Bianga e a Oeste pelo rio Fulacunda (até ao local mais próximo de Fulacunda, seguindo em linha recta até ao caminho que segue para a vila de Fulacunda e dá pela estrada que liga Fulacunda a Uana-Porto).

A Sede do parque encontra-se na cidade de Buba.

O território é povoado por cerca de 3500 habitantes que vivem em 33 tabancas. As etnias existentes são beafadas, balantas, mandjacos, mandingas, papeis e fulas, e deste beafada é predominantemente maioritária.

O parque para além de possuir três lagoas, Cufada, Bionra e Bedasse, da qual o primeiro é considerado actualmente a maior reserva de água doce no país, o parque integra espaços naturais caracterizados por grande diversidade, onde se encontram representadas formações arbóreas distintas, que em todo o seu conjunto, são habitats privilegiados por várias espécies faunísticas incluindo:

- florestas secas densas nas zonas envolventes das lagoas e zonas sobranceiras ao rio Corubal e ao rio grande de Buba;
- floresta do tipo aberta em zonas mais degradadas onde se faz actividades agrícolas (itinerante) e se pratica muita queimada;
- formações arbóreas do tipo palmar, geralmente nas orlas das lalás;
- florestas inundáveis em zonas sujeitas a inundações periódicas durante a época das chuvas;
- formações vegetais do tipo mangal que caracterizam as zonas sujeitas ao efeito das marés dos rios Corubal, de Buba e Fulacunda

ou Binaga;

- diversas formações herbáceas.

O conjunto destas características (factores naturais e fenómenos correspondentes) em simultaneidade com as paisagens de rara beleza leva com que várias espécies animais procurarem condições de abrigo, alimentação e reprodução para suportar o seu ritmo biológico.

Actualmente e segundo os dados obtidos entre os vários estudos realizados no território do parque identifica-se 203 espécies de aves, 54 espécies de mamíferos e 11 espécies de répteis. Só nas Lagoas de Cufada foram registadas, através de métodos internacionais de contagem, aproximadamente 2996 aves de 37 espécies diferentes, das quais fazem parte concentrações de importantes espécies migratórias como por exemplo o pelicano branco e corvo marinho africano. Toda essa circunstância fez conferir a Lagoa de Cufada e a área subjacente o estatuto de sítio "Ramsar", tornando a Guiné-Bissau parte contratante da Convenção relativa as Zonas Húmidas de Importância Internacional.

Vantagens

A aprovação do decreto que criou o parque ajudará em termos de organização, obtenção de meios necessários, maior conhecimento científico, conjugação de esforços e apoio ao desenvolvimento com benefícios palpáveis para a população residente, a protecção e utilização sustentável dos ecossistemas e demais valores que caracterizam o parque.

Ao nível internacional o país estará a dar um passo importante na implementação dos seus compromissos relativamente a conservação dos recursos naturais, assinados pelo governo, nomeadamente a Convenção sobre a Diversidade Biológica (Outubro de 1995); a Convenção relativa as Zonas Húmidas de Importância Internacional (14 de Maio de 1990) e a Convenção sobre o Controle do Comércio das Espécies Ameaçadas (16 de Maio de 1990) e outras.

Também o país terá a sua porta aberta para a mobilização de fundos e meios para a implementação da sua política de conservação, conforme se prevê nas convenções. Como exemplo, temos este primeiro projecto de conservação para a Cufada avaliado em mais de 1500 mil ecu.

Relativamente a população local, esta terá grandes benefícios com a introdução de novos métodos de produção na base de conhecimento científico e do respeito pela tradição.

A introdução de micro-projectos e melhoramento dos diferentes sistemas de produção irá aumentar o nível de vida das populações e dará maior rentabilidade na produção, como também promoverá o ecoturismo criando o emprego.

A regulamentação das actividades nas zonas do parque sobretudo para as pessoas vindas de fora permitirá criar condições necessárias para um equilíbrio natural dos ecossistemas, favorecendo a coabitação entre o homem e o seu meio natural. Ao mesmo tempo o Parque como instituição poderá servir através da sua riqueza natural, tanto em diversidade biológica, como nos seus importantes ecossistemas, como instrumento científico e pedagógico para as gerações presente e vindora.

Director Nacional do Parque Natural de Cufada

Prazos processuais são da competência do Ministério Público

- defende vice-PGR Saido Baldé

O vice-procurador-geral da República, Saido Baldé anunciou a libertação de 59 dos 382 prisioneiros de guerra e assegurou que este processo vai continuar.

Saido Baldé que falava em conferência de imprensa na qual fez balanço dos cinco meses de trabalho respondeu as declarações do primeiro-ministro, Francisco José Fadul, segundo as quais ele teria afirmado que a PGR deve consultar os tribunais sobre a prorrogação da data do processamento de inquéritos dos casos de arguidos. Sustentou que o Ministério Público está dentro do prazo que a lei lhe confere sobre o processamento no âmbito de inquérito

sobre os arguidos do conflito político-militar de 7 de Junho, que é de 6 meses, lembrando que desde que o Comando Supremo de Junta Militar entregou os prisioneiros nesta instituição passaram apenas cinco meses. Adiantou ainda que o Ministério Público tem competências para prorrogar a data do processamento dos arguidos sem qualquer consulta aos Tribunais, isto enquanto está a proceder a investigação, salvo casos de prisão preventiva que tem seis meses para prolongar a data.

De acordo com Saido Baldé não há nenhum prisioneiro de guerra que foi maltratado, torturado ou ainda coagido no momento de audição. Todos eles estão bem. Os prazos processuais são definidos na lei do artigo 200º no código do Processo Penal.

O vice-procurador-geral da República acrescentou que o Ministério Público lamenta muito o facto como alguns Juristas da nossa praça pública têm estado a dar má contribuição na Justiça.

Segundo ele o Ministério Público está disponível para esclarecer tudo no âmbito das suas atribuições e competências que a lei permite.

Saido Baldé referiu que todos os prisioneiros já têm processos individuais constituídos e foram esclarecidos. Os que foram libertos gozam de uma liberdade provisória com algumas medidas de caução a título de arquivo provisório, uma situação já menos grave.

O vice-procurador-geral da República disse que os dizeres

mais elementares da deontologia da advocacia é colaborar com a Justiça para melhor informar, pelo que no seu entender os juristas devem ler o Código do Processo Penal para evitarem de confundir a detenção com a prisão preventiva.

De recordar que três dos prisioneiros morreram vítimas de doença: Raul Rafael da Silva Camala, Iofuna Tchudá sendo o último nome não foi avançado.

Rui Gomes

Prazo de inquérito dos Prisioneiros de guerra gera polémica

Advogados contestam actuação do MP

A Ordem dos Advogados da Guiné-Bissau (OAGB) manifesta preocupação com a posição dúbia do Ministério Público, face a questão relativa à aplicabilidade da providência extraordinária de "habeas corpus" aos prisioneiros de guerra, o que segundo ela, em alguns casos aplica e faz-se valer da Constituição e da Lei Processual Penal em vigor, e outros como no caso em apreço, ignora ou diz não saber se os deve aplicar ou não.

Em relação a questão da aplicabilidade dos artigos 161º e 200º do Código do Processo Penal, relativos à duração da prisão preventiva e a duração do inquérito, respectivamente, a posição da OAGB é a seguinte:

A OAGB discorda frontalmente da opinião do vice-procurador-geral da República, aquando da conferência de imprensa, nos termos da qual, o prazo do inquérito é de seis meses;

Com efeito a lei processual penal diferencia, no seu artigo 200º números 1 e 3 duas situações distintas, a saber, a dos suspeitos presos preventivamente e a dos suspeitos em liber-

dade. Para os suspeitos presos preventivamente fixa o prazo de duração máxima do inquérito em três meses. Para os suspeitos em liberdade estipula que este prazo pode durar até seis meses, no máximo;

Havendo suspeitos presos em regime de prisão preventiva, excepcionalmente e quando a complexidade da investigação assim o exigir, a lei permite a prorrogação do prazo de duração do inquérito, por uma só vez, no máximo de 60 dias;

Ou seja, havendo suspeitos presos preventivamente, a duração do inquérito não pode ultrapassar cinco meses;

Logo, no entender da OAGB,

não é correcta a posição da Procuradoria-Geral da República;

Mas se esta é a conclusão que decorre da interpretação do artigo 200º, a que resulta da aplicação do artigo 161º ainda é mais gritante;

Com efeito, ao exigir que no prazo máximo de 20 dias deve ser pronunciada a acusação provisória e que no prazo máximo de 45 dias deve ser formulada a acusação definitiva sob pena de os arguidos deverem ser postos, imediatamente, em regime de liberdade provisória, cai por terra a tese defendida pela PGR, ainda que beneficie da prorrogação extraordinária de mais 30 dias que a lei lhe confere, e desde que por

despacho proferido pelo juiz de instrução criminal;

Portanto, nos termos deste artigo, a duração máxima desta prisão preventiva, mas, se só, quando tal se justifique, isto é, quando já existe uma acusação. Não existindo acusação definitiva e ultrapassado o prazo de prisão preventiva, o suspeito deve ser posto imediatamente em liberdade provisória, prosseguindo o inquérito com ele nesta situação;

Se, no prazo máximo de seis meses não fôr concluído o inquérito, o despacho a proferir deverá ser o de arquivamento ou o de aguardar melhor prova;

Em conclusão, a OAGB diz

que é forçado a reafirmar a posição de ilegalidade em que se encontra a PGR, com a agravante que ela própria está a incorrer no crime de sequestro, previsto e punido pelo artigo 124º do Código Penal, nos termos do qual "quem, fora dos casos previstos na lei processual penal, detiver, prender, mantiver presa ou detida outra pessoa, ou de qualquer outra forma a privar da liberdade é punido com pena de prisão até três anos ou com pena de multa". O número 2 deste artigo agrava a pena aplicável, que passa de 2 a 8 anos, sempre que a prisão da liberdade durar mais de 72 (setenta e duas) horas.

Cerâmica de Bafatá sem tijolos nem operários ... E tudo a guerra levou

A unidade industrial de tijolos e telhas de Bafatá, situada a entrada daquela cidade, também, não escapou as consequências de 7 de Junho de 1998. Os dinamos e várias outras peças electromecânicas foram roubados e a polícia local, apesar de ter detido um dos principais suspeitos, diz que precisa de apurar mais factos.

As instalações transformaram-se, agora, num refúgio de ratos e morcegos.

A palha que cerca as dependências não deixa a menor dúvida que aquela unidade industrial caiu numa profunda crise.

A situação, começou desde 1995, altura em que os principais geradores deixaram de funcionar, devido as constantes avarias e que depois de alguns esforços dispendidos pelo director, a unidade, então recomeçou a funcionar apenas com 2 geradores, sendo um de 360 quilo Watts (KW) e outro de 60 kw, quando o consumo de energia da fábrica é três vezes superior ao consumo real.

Vários são os problemas que agudizaram a situação da Cerâmica de Bafatá, começando pela acumulação de facturas de consumo de energia, dívidas com o BIG, Contribuições e Impostos e acumulação de salários em atraso.

Em contrapartida o director da fábrica diz que apesar destas dificuldades a administração da fábrica dispõe de uma lista de facturas em dívida com muitos antigos governantes que, através daquela unidade fabril de Tijolos e Telhas conseguiram construir casas de "primeira classe" para ele isto é um dos principais factores que colocou a fábrica na crise em que se encontra mergulhada.

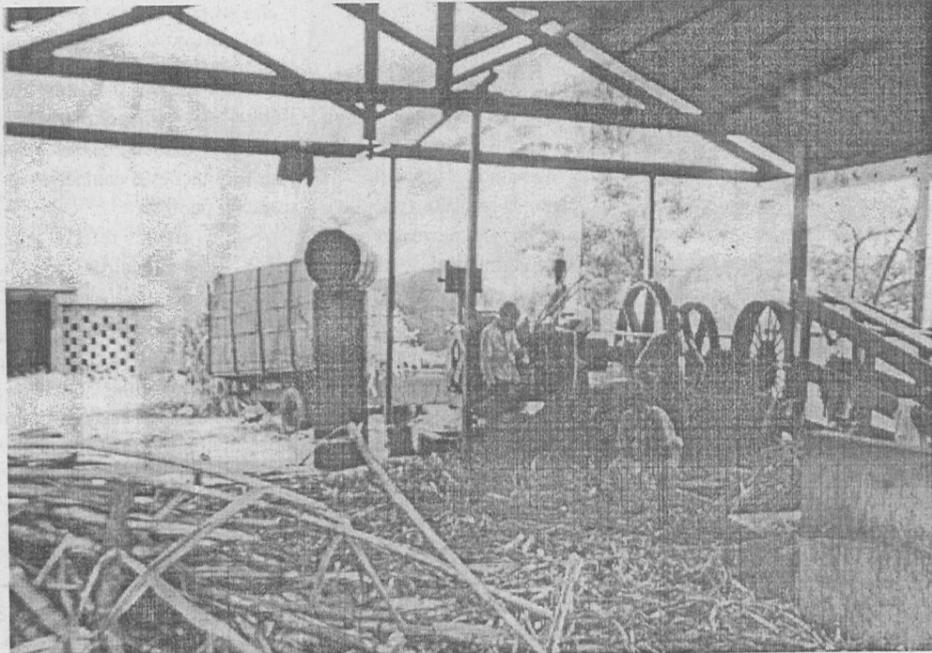
Depois da sua paralização a fábrica não recebeu apoio financeiro do Estado.

Os trabalhadores continuam sentados em casa a espera de melhores dias.

Apesar de haver interessados no quadro da privatização da fábrica, a Direcção Geral da Indústria e a secretária de Estado do Comércio, instituições titulares na comissão do processo de reestruturação daquela unidade fabril, consideram, que o processo tem sido muito lento e, apontam alternativas mais viáveis para a posterior venda das suas acções.

Dívida externa

O director-geral da Cerâmica,



• Vista parcial da Fábrica de tijolos de Bafatá

Alfredo Indequi disse que a administração tem dívidas a a mortizar com o BIG, no valor de 150 milhões de pesos (mais de 2 milhões de Francos CFA)." Esta foi uma das razões porque, depois de a fábrica cair na crise, o banco não nos concedeu mais crédito para que podessemos retomar o funcionamento".

Indique acrescentou que a fábrica tem também dívidas com as Finanças (contribuições e impostos) e o empresário Carlos Capé, que naquela altura deu um empréstimo de 41.660 francos franceses (4166000 francos CFA) para a compra de um gerador de 360 kw, que permita o arranque da produção.

"O pior de tudo aconteceu aquando da greve dos alunos ocorrida em 25 de Abril de 1997., no qual os alunos não pouparam os mobiliários, documentos e as próprias telhas e tijolos que já estavam prontos para a venda", lembrou Indequi.

Alfredo Indequi sublinhou, que a administração da fábrica tem uma dívida pendente com uma empresa de Guiné-Conacri, através de um contrato celebrado no mês de Março de 1997 que visava o fornecimento de 15 mil

telhas.

"Os estudantes provocaram o corte do dínamo causando a paralização da produção total da fábrica. Esta foi uma das razões porque não conseguimos honrar o nosso compromisso com a empresa da Guiné-Conacri", referiu.

Apesar de haver uma comissão técnica do Governo de Unidade Nacional encarregada de resolver o problema da fábrica, Alfredo Indequi diz que desde 1997, após a paralização, o governo não se preocupou com a avaliação dos prejuízos com vista a sua recuperação.

"Os prejuízos são enormes, sobretudo, no que toca as dívidas dos próprios governantes que a administração concedeu créditos em telhas e tijolos e que nunca foram pagos".

Nesta base, Indequi informou que a administração tinha feito um circular para todos os devedores, mas, neste circular não teve impacto em jeito de resposta para o pagamento das referidas dívidas.

Materiais necessários para o arranque

O director da fábrica disse que é necessário a aquisição de quatro geradores com 360 kw e 2 geradores com capacidades de 200 kw e os seus respectivos dinamos para o arranque das máquinas de produção.

"Aquelas que existiam não podem ser recuperadas, porque foram roubadas e alguns foram vendidos no "lumo de Cambajú", sublinhou.

Mais de 20 mil tijolos no forno

No quadro dos prejuízos Indequi fez questão de informar que mais de 20 mil tijolos, , ainda se encontram dentro do forno sem a possibilidade de cozedura.

Quanto aos salários, diz que cerca de 105 trabalhadores efectivos e 4 contratados dependiam da produção da fábrica e que desde 1997 não receberam os seus vencimentos.

Quanto a situação da vigilância da fábrica Alfredo Indequi sublinhou que um dos guardas tinha aderido a Junta Militar e aquele que tinha ficado não aguentou " porque não tínhamos dinheiro para o pagar".

Falando da questão dos roubos dos materiais de salientar que os ladrões foram descobertos no mercado popular de Cambajú.

Um interessado já constitui seu consórcio

A Direcção-Geral da Indústria e Secretaria de Estado do Comércio afirmaram que há vários interessados, e um deles é Carlos Capé, que a fábrica continua a dever.

Carlos Capé a manifestou o seu interesse no quadro da compra das acções que constituem o grosso da cerâmica de Bafatá.

"Tenho um parceiro português como futuro sócio e estou disposto a participar no concurso da privatização", adiantou.

O empresário diz que está disposto a fazer com que a fábrica volte ao seu normal funcionamento com maior capacidade produtiva, e garantiu que vão criar melhores condições salariais aos trabalhadores.

"Naturalmente, para que possamos comprar as acções, o Estado deve proceder uma avaliação dos prejuízos para que qualquer empresário possa envolver-se nas ofertas da privatização da fábrica", referiu.

Polícia na pista dos ladrões

Os materiais electromecânicos mais importantes daquela unidade fabril foram roubados por um grupo de ladrões que a polícia de Bafatá começou por identificar, não obstante, um dos suspeitos ter afirmado ser o responsável de armazenamento do produto roubado diz.

Nota-se na varanda do comando da polícia dois grandes dinamos que a polícia de Bafatá conseguiu capturar em Cambajú.

O comandante regional Salif Soli Dafé disse que o papel da polícia é manter a ordem pública e investigar casos ligados a

crimes, tendo acrescentado que após averiguados a veracidade dos factos, acabam por deter o delincente.

No caso da cerâmica disse que a polícia só soube do caso nos princípios do mês de Novembro. "O material foi capturado em Cambajú, na sequência das informações que já tínhamos em primeira mão", disse Soli Dafé.

O detido, segundo ele, declarou a polícia ser o monetarizador do material roubado.

O Comandante, Salifo Dafé sublinhou que a polícia de

Bafatá constitui neste momento uma rede para apurar mais factos a volta do caso da cerâmica.

"Nunca fomos informados de que não havia vigilância na fábrica", defendeu.

Dois técnicos, ideias divergentes

O director-geral da Indústria, Carlos Nhaté disse que o concurso de privatização da cerâmica de Bafatá devia ser lançado publicamente desde 1998, pois

há muitos empresários interessados na compra ou a par-

ticipar no concurso de privatização.

"O que os interessados podem fazer em troca é propôr ao Governo, propostas concretas que possam lançar a fábrica no mercado, externo", disse Nhaté, tendo sublinhado que o Estado desengajou-se no quadro de investimento das empresas públicas similares como a da cerâmica de Bafatá e, isto, segundo ele, vem piorando a situação das infra-estruturas em termos de degradação.

Um técnico da Secretária de Estado do Comércio, Suleimané

Djaló ligado ao dossier do caso da cerâmica de Bafatá defendeu a ideia da reestruturação da fábrica para depois pensar-se em vender as acções constituintes.

"No quadro dos países da UMOA há experiências de privatizações que registaram aspectos positivos e negativos e, nós defendemos que não podemos vender o património de Estado em estado de degradação".

Para Suleimané Djaló o governo deve adoptar estratégias de privatização que não prejudiquem o Tesouro Público.

"Temos um acordo prelimi-

nar com a FUNDEI com vista ao relançamento das actividades produtivas da cerâmica de Bafatá", concluiu.

Certo é que, o país precisa de reabilitar as suas infraestruturas danificadas pela estrondosa guerra e certamente que o governo na ausência de funcionamento desta unidade fabril terá que importar tijolos e telhas noutros países, isto é, se não evidenciar a recuperação da dita cerâmica.

Aruna Jamanca

Em nome de Alla, o Clemente e Misericordioso. A Comunidade Islâmica Ahmadiya

"*Mantende-vos firmes, todos unidos pela corda de Allá e não vos deixai dividir*" (Quran)

A Comunidade Ahmadiyya, é um movimento mundial de Islam. Nos nossos dias este movimento islâmico está a servir o Islam em 160 países do Mundo. Foi fundado em Qadim, uma pequena aldeia no Punjab, Índia.

Ser Ahmadi, significa, ser muçulmano que crê em todos os princípios e ensinamentos fundamentais do Islam, tal como foram ensinados pelo Sagrado Quran e pelo Santo Profeta Muhamad (que a paz e clemência de Allah estejam com ele), e aceite o Hazrai Mirza Ghulam Ahmad como o Messias prometido e o Madi profetizado pelo fundador do Islam, o Hazarai Muhammad (que a paz e clemência de Allah estejam com ele).

A crença do muçulmano Ahmadi

A Associação Islâmica Ahmadiyya não é uma nova religião. É apenas uma comunidade dentre as demais comunidades do Islâmicas de mundo e no mesmo título que a Tidjania, Qadriyya, etc.

A nossa comunidade Islâmica sabe também que o santo Profeta Muhammad (S.A.W.) tem outros nomes, tais que Ahmad (S.A.W.) mencionado no Quran, no capítulo AS-SAFF.

É através de Ahmad (S.A.W.), que o fundador da nossa Associação escolheu o nome - Ahmadiyya - para exaltar o Grande Amor pelo Santo Profeta Muhamad (S.A.W.).

Dafé a razão por que se deve compreender que Muhamad não pode, de forma alguma, desafiar Ahmad posto que, tanto um como outro, representam a mesma pessoa - que é, neste caso - o Santo Profeta de Deus.

Os Muçulmanos Ahmadis dizem "La ilah illa lahu, Muhammad Rassulullah". O que significa: "Não há Deus a não ser Allah

Islão não é religião de violência

e Muhammad é Mensageiro de Allah.

Os Ahmadis, rezam 5 vezes diariamente, tendo Kaba como seu Kibla e dão Zakat (esmola); fazem o jejum durante o sagrado mês de Ramadan e fazem peregrinação à Mecca. Não existe outro lugar para o muçulmano fazer a peregrinação excepto em Mecca. Se alguém disser e acreditar que a peregrinação (Hajj), se pode fazer noutro lugar diferente de Mecca, ele próprio não é verdadeiro crente, é um mentiroso.

Os Ahmadis muçulmanos crêem em Allah, em seus Profetas, seus anjos e em seus Livros. Também crêem na vida depois da morte e na predestinação do bem e do mal.

O Santo Profeta(S.A.W.) disse: "Todo aquele que estiver a rezar com a face virada em direcção a minha Kibla, e comer a carne de animal degolado por um muçulmano ou a minha maneira, é muçulmano com garantias de Allah e seu Profeta, (S.A.W.), e ninguém tem o direito de rejeitar a garantia de Allah e seu Profeta(S.A.W.) - Bukhari.

Agora vou citar algumas passagens do Santo Fundador da Comunidade Islâmica Ahmadiyya ou Associação Islâmica Ahmadiyya, Hazrat Mirza Ghulam Almad () escreveu:

A base da nossa fé é:

"LA ILAHA ILLALAH MUHAMMAD RASSULULAH", isto é, "não há Deus a não ser Allah e Muhammad é o Mensageiro de Allah".

Esta é a nossa crença, à qual asseguramos nesta vida inteira e à qual continuaremos a aderir firmemente até a passamos para outro mundo. O nosso Líder Espiritual e Mestre Muhammad (que a melhor paz e benção de Allah estejam sobre ele) é o Selo dos Profetas e o melhor dos Mensageiros.

A religião das suas mãos tem sido perfeito e a benção de Allah tem sido consumado, o que conduziu o homem para caminho certo e mais para Deus próprio.

Nós asseguramos esta crença

positiva com absoluta certeza de que o Santo Quran é selo de todos os livros devinos e não as mais pequenas letras pode ser aumentado ou reduzido dos seus prescritos ensinamentos, inibições, mandamentos e injunções.

Não haverá nenhuma revelação ou palavra de Deus que tende aumentar ou abrogar ou mandar ou alterar nenhuma das injunções do Santo Quran. Se alguém subscrever tais ideias, na nossa opinião, ele cessa de pertencer ao corpo dos crentes e torna-se, assim, num infiel. (Roohani Khazain Vol. 3 Izala-e-Auham, P. 170)

Nós acreditamos que não há nada com mérito de ser adorado excepto Deus todo-poderoso e Sayyedena Hazrat Muhamad, o escolhido, "que a paz e benção de Allah estejam sobre ele" é seu Mensageiro e o Khatamul Anbiya.

Nós aceitamos que os Anjos são a realidade, que a Ressureição é realidade e o Dia de julgamento é a realidade, que Glória é realidade tal como o Inferno.

Nós acreditamos que qualquer que seja Glorioso e Magestoso que Deus tem, afirmado no Santo Qurão e qualquer que seja que o nosso profeta "que a paz e benção estejam sobre ele", tem afirmado estar tudo de acordo com afirmação de pré-revelação, a verdade.

Acreditamos que a pessoa que subtrair ou aumentar a mais pequena letra na lei Islâmica, ou formular a fundação em qualquer maneira para rejeição de injunções islâmicas, ou tentar declarar ilegal o que tem sido legal no Islão, é um infiel e um renegado. Nós advertimos a nossa Jamaat de que devem aderir tenazmente ao artigo fundamental da fé Islâmica "Não há Deus a não ser Allah, e Mahammad é o Mensageiro de Alláh, enquanto viverem e devem morrer em estado de submissos à vontade de Allah. Também, devem ter uma fé firme em todos os Mensageiros de Allah, e em todos os livros revelados que têm sido autenticados com o Santo Quran. Eles devem obedecer restritamente, as injunções Quránicas. Eles devem observar estritamente, as Rezas, ó

Jejum, pagar Zacat e fazer peregrinação (Hajj). Eles devem observar Islam com a completa obediência à todas as injunções, obrigações e proibições pronunciadas por Deus e seu Mensageiro.

Em breves palavras, todos os assuntos, sejam eles de crenças ou acções, nas quais havia consenso de opiniões entre nossos justos predecessores e como é compreendido o Islam por um consenso geral de opiniões daqueles que seguem a tradição do Santo profeta "que a paz e benção de Allah esteja sobre ele" devem ser obedecidos com obrigatoriedade. Nós chamamos para testemunhar a Glória e a Terra que são exactamente a nossa fé. (Roohani Khazain Vol. 14 Ayyamus Sul, Ist Edition, p. 323)

"Ó vós que habitais a terra, e, ó vós espíritos Humanos que vivem no Este ou no Oeste. Eu convidovos com a máxima seriedade para aceitarem o facto de que a única e verdadeira fé hoje no mundo é o Islâm, e que o verdadeiro Deus é o Deus que tem sido mencionado no Santo Quran, de que o profeta é que possui a vida espiritual eterna- aquele que se senta no trono da Gória e a pureza é o Santo Profeta Muhamad, o escolhido, "que a paz e benção de Allah estejam sobre ele". (roohani Khazain Vol. Tiraq ul Qulub P. 141)

Há pessoas que se proclamam ser muçulmanos enquanto não sabem o que significa o Islam; usam o Islam como negócio e não como religião. O Santo Profeta Muhammad (S.A.W.) disse que todo o indivíduo que pronuncie "Lailah ilallah-Muhammad Rassulullah", ele é um muçulmano e ninguém tem direito de chamá-lo descrente ou Cafri, caso contrário a própria pessoa é descrente ou Cafri.

Foi profetizado pelo Mestre Profeta S.A.W.) de que chegará um tempo em que os muçulmanos estarão divididos em 73 grupos diferentes e todos estes irão para o inferno com excepção de um grupo. Os seus companheiros lhe perguntaram qual seria este grupo, o Santo Profeta respondeu - aqueles que seguirem a minha tradição e dos

meus companheiros.- Tirmidhi

Com a ajuda de Deus, os muçulmanos Ahmadis estão hoje em dia espalhados em todos os cantos de mundo a lutar pelo Islam, através do Quran e Sunna do Santo Profeta Muhammad (S.A.W.) a construir Mesquitas, escolas Quránicas e apoiar os pobres e necessitados não só para os muçulmanos, mas sim para a humanidade.

Aqui na Guiné-Bissau, durante poucos anos da nossa presença, já conseguimos abrir mais de 20 escolas islâmicas em todo o território nacional com um grosso de mais de 2 mil crianças e adultos a aprender o Quran e ensinamentos islâmicos.

Os Ahmadis começaram já a construir Mesquitas para os muçulmanos e a dar assistência à viúvas e a necessitados. Os Ahmadis têm também um projecto de construção de hospitais para os pobres como tem sido o caso nalguns países africanos, como Gambia, Ghana, Serra Leoa e Nigéria.

No ano passado, centenas de milhares de não muçulmanos em diferentes partes de mundo converteram-se ao Islam com os esforços dos Ahmadis. Os muçulmanos Ahmadis crêem que o Islam é uma religião pacífica, não crêem na violência e em nada que não condiz com os ensinamentos islâmicos.

Finalmente, gostaria de perguntar os opositores de Ahmadiyya, o caso do CNI, o que tem feito para a promoção do Islam desde a sua fundação? Ainda informar-lhe de que não precisamos de nenhum Certificado a ser emitido pela CNI. Somos verdadeiros muçulmanos e com a ajuda de Allah, continuaremos a ser muçulmanos. Não queremos nada que não seja "Halal" e muito menos enganar os inocentes muçulmanos com o nome de Islam. Finalmente, o importante é fazer que os Cafris sejam muçulmanos e não fazer dos muçulmanos Cafris.

Gostaria ainda aproveitar esta oportunidade para anunciar que se houver alguém que se duvide da credibilidade de Ahmadiyya, eu estarei disposto para um debate público quer na Rádio, quer na televisão. Talvez assim, ficaria todo o mundo informado sobre quem é o verdadeiro muçulmano.

Hammed

O Progresso das Nações - 1999

Fardo da dívida compromete futuro das crianças

Há cerca de uma década, líderes e representantes de mais de 150 países, inclusive a Guiné-Bissau, reunidos na Cúpula Mundial para a Infância, definiram objectivos para o desenvolvimento das crianças nos anos 90.

Na verdade, muitos países registaram ganhos significativos durante esta década: vidas jovens foram salvas devido melhorias introduzidas nos sectores da saúde e da alimentação, muitas crianças foram protegidas da exploração no trabalho e tiveram oportunidades de frequentar escolas, entre outros.

Mas, ao mesmo tempo os conflitos, as crises económicas e as prioridades desviadas trouxeram consigo consequências graves para as crianças, que sempre pagam alto preço pelo fracasso dos adultos.

Para 1999 registou-se o impacto devastador do vírus HIV/SIDA nas crianças e foram dados passos avançados em direcção à erradicação da poliomielite.

A directora executiva do UNICEF, Carol Bellamy aponta que cerca de 12 milhões de crianças menores de cinco anos morrem anualmente de doença infantil de fácil tratamento, 130 milhões de crianças em idade de escola primária estão fora da escola, 250 milhões de crianças perdem a infância porque são obrigados a trabalhar e 300 mil crianças estão envolvidas em guer-

ras, "matando e morrendo por causas que mal compreendem". Nos países como a Serra-Leoa, as crianças são alistadas em grupos paramilitares a partir dos oito anos e em Angola, Burundi e Somália são convocados aos 14 anos.

Um outro problema grave evocado no relatório "o progresso das nações" diz respeito a mutilação genital de que cerca de dois milhões de meninas vivem o sofrimento e humilhação enquanto que uma grande parte das mulheres na África e na América Latina dão à luz na adolescência.

Em relação às doenças, destaca-se uma luta global contra a pólio, lideradas pela OMS em parceria com o UNICEF, o Rotary Internacional e outros centros de prevenção e controle. As campanhas de vacinação são o mais eficiente avanço no combate à doença. Há 10 anos, a estimativa da OMS apontava para 350 mil casos da doença, dos quais somente 10 por cento eram oficialmente registados. No ano passado, com a ênfase dada aos programas de vigilância, o número caiu para cinco mil. Acontece que no mesmo ano, a pólio foi oficialmente erradicada nas américas do Norte e do Sul. Enquanto existir a pólio, o



mundo gastará cerca de 1,5 mil milhões de dólares para evitar a propagação da doença.

Das 14 milhões de pessoas que morreram de SIDA, mais de 11 milhões eram africanas e desse total cerca de dois milhões eram crianças. Em todo o mundo, mais de oito milhões de crianças são obrigadas a crescer sem a mãe e 90 por cento desses órfãos vivem na região subsaariana com elevado índice de desnutrição, atrofia ou analfabetismo.

De acordo com o relatório do UNICEF muitos países em desenvolvimento são obrigados a sacrificar investimentos fundamentais

em saúde e educação para devolver empréstimos aos bancos estrangeiros.

Nos países sub-saarianos são gastos mais recursos para pagar o serviço da dívida de 200 mil milhões de dólares do que em investimentos em educação e saúde para atender a 306 milhões de crianças da região.

Na Mauritânia, por exemplo, cada criança já cresce com uma dívida de quase mil dólares e no Congo cada recém-nascido tem um endividamento de 1872 dólares.

Dentre os países mais endividados, a Guiné-Bissau aparece no topo, com uma dívida de 366 por

cento do seu Produto Nacional Bruto. Segundo dados de 1997, cerca de 600 mil pessoas do total da população do país tem menos de 18 anos, anualmente nascem cerca de 47 mil crianças e destas 10 mil morrem com menos de 5 anos. A taxa de mortalidade infantil situa-se em 220 por cada mil nascido vivos.

Ao assinar a Convenção sobre os Direitos da Criança, não ratificada por apenas dois países do mundo, a comunidade internacional comprometeu-se a cortar pela metade a desnutrição entre os menores de cinco anos, reduzir em um terço os índices de mortalidade, garantir escola primária para todas as crianças e imunização a 90 por cento delas contra as principais doenças.

O endividamento põe em sério risco o cumprimento das metas traçadas, que por isso, o objectivo é implementar o mais rápido possível a Iniciativa para os Países Pobres Altamente Endividados (HIPC), que pretende socorrer 41 países e destes 33 são africanos.

"Tudo o que melhora a perspectiva de vida das crianças melhora a perspectiva de um futuro melhor para o mundo", refere o relatório.

Bacar Baldé

Conselhos de Ministros aprova Convenção da OIT

Em sessão extraordinária, reuniu-se ontem em Bissau o Conselho de Ministros, sob a presidência da sua excelência, Senhor Francisco José Fadul.

A preceder a "Ordem do Dia", foram tratados as seguintes questões:

O Conselho de Ministros, tendo apreciado e discutido a proposta do senhor ministro da Justiça e do Trabalho, no sentido do Governo disponibilizar um edifício para a instalação da Sede da Ordem dos Advogados ou em alternativa assumir o pagamento das rendas de um edifício que se consiga para o efeito, deliberou o seguinte:

Mandar o senhor Secretário de Estado do Tesouro para averiguar e informar da existência de imóvel, património de Estado, que possa ser desafectado do uso público, na perspectiva da sua doação àquela Associação profissional.

Analisar a nota emenda do Ministério da Administração Interna, em que se propõe regularizar a situação dos governadores de região e dos administradores de sector, que se encontram em exercício de função mas sem vencimento, o plenário governamental deliberou mandar o Secretário-Geral da Presidência do Conselho de Ministros no sentido de promover as diligências pertinentes em ordem a normalização da situação prevalecente.

Tendo em conta a preocupação exteriorizada pelo Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional relativamente 1) a situação devedora da Guiné-Bissau face às Organizações sub-regionais, regionais e internacionais de que faz parte, e 2) as dívidas acumuladas das nossas missões diplomáticas e consulares que respeita a salários e outros abonos,

rendas de casa e de fornecimento de bens e serviços, o colectivo ministerial deliberou mandar os senhores titulares das pastas dos Negócios Estrangeiros e Secretário de Estado do Tesouro no sentido de estudarem o assunto e apresentarem conjuntamente uma proposta de solução ao Conselho de Ministros.

Debruçando-se sobre a notícia referente à criança que, proveniente de Cuba, se encontram retida nos Estados Unidos da América, e cuja devolução é reclamada pelas autoridades de Havana, o Conselho de Ministros emitiu a opinião de que as partes envolvidas devem ser exortadas pelo nosso Governo a encontrar para o caso uma solução consentânea com as normas do Direito de Família.

Em presença de nota na qual o senhor ministro da Agricultura, das Pescas e dos Recursos Naturais dá conta de que há trabalhadores desvinculados da Função Pública que deixaram, por isso mesmo, de perceber seus salários desde Março de 1996 e que, no entanto, ainda aguardam que lhes sejam pagas a indemnização a que têm direito, o Conselho de Ministros deliberou incumbir os Senhores Secretários de Estado do Tesouro e da Reforma Administrativa e Função Pública de promoverem diligências em Ordem ao apuramento da situação não só desses trabalhadores, mas também de todos os outros ligados a diferentes departamentos do Estado que possa estar nessas condições, fazendo ulteriormente ao plenário governamental o ponto da situação com proposta de solução.

O Conselho de Ministros congratulou-se pela notícia dada pelo senhor Primeiro-Ministro de que a Itália, segundo a deliberação do Conselho de Ministros de 18 de Dezembro de 1999, confir-

mou a perdão da dívida dos países em via de desenvolvimento, entre os quais figura a Guiné-Bissau, sob a condição dos beneficiários se empenharem a respeitar os Direitos Humanos e a Liberdade Fundamental.

Entrando na "Ordem do Dia", o Conselho de Ministros discutiu e deliberou:

a) Aprovar, com alterações, o projecto de Decreto que cria o Conselho Nacional para a Infância;

b) Aprovar as seguintes Convenções e Recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e submetê-las posteriormente à aprovação final pela Assembleia Nacional Popular:

- Convenção nº 122- Concernente à política de emprego;

- Recomendação nº 122- Concernente à política de emprego (Resumo);

- Convenção nº 144- Sobre as consultas tripartidas relativas às normas internacionais do trabalho;

- Recomendação nº 152- Sobre as consultas tripartidas relativas às actividades da Organização Internacional do Trabalho;

- Convenção nº 138- Sobre a idade mínima de admissão ao emprego;

- Recomendação nº 146- sobre a idade mínima de admissão ao emprego.

c) Aprovar, com pequenas alterações, o projecto de Decreto que cria a Empresa de Capitais Públicos denominada Linhas Aéreas da Guiné-Bissau - LAGB/ Air Bissau, ECP, e adoptar os respectivos Estatutos.

Mereceram consenso do Conselho de Ministros os seguintes projectos de diploma elaborados em complemento da nova grelha

salarial para a Função Pública, a qual deveria ser executada a partir de 1 de Novembro de 1999:

- Projecto de Decreto que define a composição do cubaz de compras;

- Projecto de Decreto que fixa as zonas consideradas isoladas para efeitos de atribuição do correspondente subsídio;

- Projecto de Decreto que estabelece o pré do militar não permanente.

Porém, considerando haver sido adiada a implementação da nova grelha salarial pelas razões constantes do Comunicado de Imprensa de 10 Dezembro de 1999 e tendo em conta a conexão existente entre essa grelha salarial e os diplomas acima identificados, o Conselho de Ministros entendeu não ser oportuna a sua aprovação formal neste momento e, em consequência, deliberou recomendar ao próximo Governo constituído a sua adopção logo que estejam criadas as condições para tal.

Lamentando a difícil situação em que se encontram os trabalhadores da Imprensa Nacional, EP e do Semanário Nô PINTCHA, bem como os trabalhadores da Radiodifusão e da Radiotelevisão, por não receberem seus salários há longos meses o Conselho de Ministros exortou vivamente o senhor Secretário de Estado do Tesouro a envidar esforços no sentido de se mobilizarem todos os meios e recursos disponíveis em vista a regularização urgente dos salários em atraso devidos aos trabalhadores das empresas atrás mencionadas, assim como da dívida do Estado à INACEP, esta nos moldes acordados com esta empresa pública pelo Governo, através do senhor Primeiro-Ministro.

Jimmy's Shop na vanguarda da moda guineense'

Elsa Mendes conquista Miss Simpatia CEDEAO

Elsa Mendes, é Miss Simpatia da CEDEAO desde 27 de Novembro findo. A manequim guineense conquistou este prémio na capital gambiana, Banjul, onde participou no concurso para MISS CEDEAO.

No certame, apesar da sua chegada tardia da manequim no local do concurso, devido ao desleixo das autoridades ligadas à área da cultura, conquistou um prémio para o país.

Em entrevista exclusiva ao Nô Pintcha, Elsa Mendes contou que quando chegou no aeroporto de Dakar eram sete horas, o avião gambiano já tinha partido às seis horas com destino a Banjul. Nesta circunstância, as autoridades aeroportuárias de Dakar embarcaram a nossa conterrânea num Boeing do Gana que a levou a Costa do Marfim, Gana, para depois voltar à Gambia. Quando chegou, devido ao atraso, os organizadores tinham decidido tirar o nome da Guiné-Bissau na lista dos países concorrentes, porém, ela pediu insistentemente alegando que o nome não podia sair porque já que estava lá devia representar a Guiné-Bissau. Foi assim que no dia do concurso teve que se esforçar acima do normal entre as 16 candidatas do concurso conquistando a Miss Simpatia.

Elsa disse, que, graças a Deus, excepto a solidão em que esteve votada, não teve grandes dificuldades na sua caminhada. Agradeceu os esforços de algumas entidades que suportaram tudo o que estava ligado às despesas, designadamente a Secretaria de Estado do Turismo, Hotel 24 de Setembro, na pessoa do seu director, António Tavares, Continental Bank, na Gambia, DHL, DPIP, Continental Commerce da Guiné-Bissau e a organização Jimmy's Shop "o papá Jimmys", estilista de carreira, empresário e promotor da moda e cultura guineenses.



• Elsa Mendes Miss Simpatia CEDEAO



• Candidatas a Miss Guiné-Bissau 2000

"Jimmy's Shop Organization" na senda da cultura e moda Quem será Miss Guiné-Bissau/2000?

O Jornal Nô Pintcha começa, a partir desta edição, a publicar, em série, as imagens e conversas tidas com algumas beldades genuínas do país e que vão concorrer, em meados do primeiro trimestre do Ano 2000 ao concurso da mais bonita rapariga da Guiné-Bissau. Isto é MISS Guiné-Bissau Ano 2000.

O evento tem uma particularidade que o distingue

de todos os concursos de Miss Guiné-Bissau organizados anteriormente no país, na medida em que vão participar todas as beldades das oito regiões que compõem o país, incluindo Bissau.

Os ensaios deste evento iniciaram desde o princípio de 1998, em todas as regiões inclusivé a cidade de Bissau



Gerina Adá Fonseca: - Ser manequim e participar no concurso internacional de Miss foram desde a infância o meu maior sonho. Por isso decidi participar neste para satisfazer as necessidades do meu ID.



Fatumata Binta Djaló: - Fui convidada por Jimmy e aceitei com toda a amabilidade porque acho que, apesar de ser menor, estou a altura de candidatar-me ao concurso de Miss. Coragem não me falta.



Binta Djaló: canditei-me ao concurso porque vencer Miss é o meu sonho desde infância. Entretanto, se conseguir ganhar creio que poderei concretizar alguns planos meus em relação ao país que me viu nascer e, especialmente, para as crianças.



Gelma: - Não é o facto de eu ser bôníta e ter altura que me leva a candidatar, mas também sou culta. Por outro lado para candidatar ao concurso de Miss não basta ser bonita, é necessário

reunir certas características que não me faltam.

Se ganhar o concurso, como guineense que sou, vou disponibilizar parte do meu prémio às crianças órfãs deste conflito com vista a melhoria das suas condições de vida. Não tenho complexos e sinto orgulho de participar no evento.



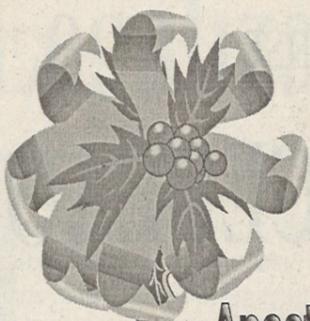
Tânia Pereira - Já sonhava ser candidata ao concurso de Miss desde a minha infância devido a influência das candidatas que eu via nas revistas e na passagem de modelos. Estando agora apta na idade e beleza vou candidatei-me para ser considerada a mais bonita mulher da Guiné-Bissau. Finalmente estou orgulhosa em participar neste evento e conquistar um lugar ao sol.



Safriato Sigá - O apoio moral das amigas e colegas encorajou-me muito. Entretanto, o primeiro factor de coragem foi a minha beleza que dá-me confiança na vitória.



Jandira Sanches Ferreira de Lacerda - O factor determinante da minha participação resume-se na coragem, determinação e a eliminação de complexos. Entretanto, a convicção de vencer também é um dos factores que consegui cultivar em mim.



KAPITAL
DISCOTECA



Apostamos no Desenvolvimento
da Guiné-Bissau

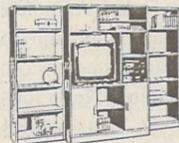
Desejamos aos nossos



estimados Clientes e a



população em geral um



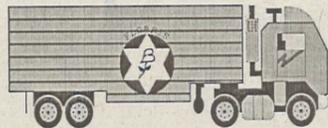
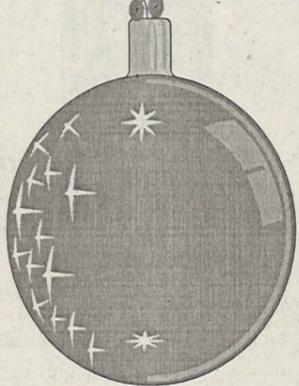
Bom Natal e um



Novo Ano cheio de



prosperidades





GUINEBIS
GUINÉ - BISSAU SEGUROS

Comunicado

Pelo presente comunicado, é notificado a trabalhadora Isabel Maria Vaz da Silva que, na sequência do processo disciplinar que lhe foi movida, é exonerada das suas funções ao abrigo do n.º 4 do art.º 36º da lei geral de trabalho com efeitos a partir desta data.

Guiné-Bissau Seguros, SARL aos vinte e dois dias do mês de Dezembro de mil novecentos noventa e nove.



Agradecimentos



Dr. Quintino Gomes Cá e esposa, na impossibilidade de o fazerem pessoalmente, vêm por este meio agradecer a todos aqueles que tiveram a amabilidade de acompanhar à sua última morada, a sua querida filha **Geodimila Gomes Cá**, falecida no dia 7 de Dezembro de 1999.

República da Guiné-Bissau Projecto de Infra-estruturas Urbanas

Anúncio de Concurso Público Local

Data: 13.11.99
Crédito n.º.2748-GUB
Anúncio de Concurso N.º.11/99

1. A AGEOPPE comunica o relançamento do CONCURSO PÚBLICO para a adjudicação da obra de **Reabilitação da Av. Pansau Na Isna 2ª fase**, nos termos dos regulamentos da AGEOPPE e da documentação de concurso:

2. Alvará exigível - **Classes IV e V da AGEOPPE**

3. As propostas de candidatura devem ser entregues até às **12H00 do dia 28 de Dezembro de 1999**, no seguinte endereço:

AGEOPPE
Rua General Omar Torrijos
Tel: (245) 211951/202261
Fax: (245) 202262
C.P. - 754
Bissau - República da Guiné-Bissau

4. Os interessados podem facultativamente concorrer sob consórcio ou outra modalidade de associação.

5. A sessão pública de abertura das propostas terá lugar no dia **28 de Dezembro de 1999**, pelas **12H30 na sede da AGEOPPE**.

6. O prazo de validade das propostas será de **90 dias** a contar da data de abertura.

7. Os interessados poderão adquirir a documentação de concurso no valor de **FCFA 10.000,00** (Dez mil francos CFA), e demais informações na AGEOPPE das **08H30 às 14H30**.

República da Guiné-Bissau Projecto de Infra-estruturas Urbanas

Anúncio de Concurso Público Local

Data: 13.12.99
Crédito n.º.2748-GUB
Anúncio de Concurso N.º.12/99

1. A AGEOPPE comunica o relançamento do CONCURSO PÚBLICO para a adjudicação da obra de **Reabilitação do Cruzamento da Stª Luzia**, nos termos dos regulamentos da AGEOPPE e da documentação de concurso:

2. Alvará exigível - **Classes IV e V da AGEOPPE**

3. As propostas de candidatura devem ser entregues até às **12H00 do dia 28 de Dezembro de 1999**, no seguinte endereço:

AGEOPPE
Rua General Omar Torrijos
Tel: (245) 211951/202261
Fax: (245) 202262
C.P. - 754
Bissau - República da Guiné-Bissau

4. Os interessados podem facultativamente concorrer sob consórcio ou outra modalidade de associação.

5. A sessão pública de abertura das propostas terá lugar no dia **28 de Dezembro de 1999**, pelas **12H30 na sede da AGEOPPE**.

6. O prazo de validade das propostas será de **90 dias** a contar da data de abertura.

7. Os interessados poderão adquirir a documentação de concurso no valor de **FCFA 10.000,00** (Dez mil francos CFA), e demais informações na AGEOPPE das **08H30 às 14H30**.

República da Guiné-Bissau Projecto de Infra-estruturas Urbanas

Anúncio de Concurso Público Local

Data: 13.12.99
Crédito n.º.2748-GUB
Anúncio de Concurso N.º.13/99

1. A AGEOPPE comunica o relançamento do CONCURSO PÚBLICO para a adjudicação da obra de **Reabilitação da Rotunda da Av. das Nações Unidas**, nos termos dos regulamentos da AGEOPPE e da documentação de concurso:

2. Alvará exigível - **Classes IV e V da AGEOPPE**

3. As propostas de candidatura devem ser entregues até às **12H00 do dia 28 de Dezembro de 1999**, no seguinte endereço:

AGEOPPE
Rua General Omar Torrijos
Tel: (245) 211951/202261
Fax: (245) 202262
C.P. - 754
Bissau - República da Guiné-Bissau

4. Os interessados podem facultativamente concorrer sob consórcio ou outra modalidade de associação.

5. A sessão pública de abertura das propostas terá lugar no dia **28 de Dezembro de 1999**, pelas **12H30 na sede da AGEOPPE**.

6. O prazo de validade das propostas será de **90 dias** a contar da data de abertura.

7. Os interessados poderão adquirir a documentação de concurso no valor de **FCFA 10.000,00** (Dez mil francos CFA), e demais informações na AGEOPPE das **08H30 às 14H30**.

Nô PINTCHA

FUNDADO EM 1975

Director: Humberto Monteiro

ANO XXIII - N.º 1607

Semanário de Informação Geral

Av. do Brasil - CP 154 - Telef: 21 37 13 / 21 37 28 - Bissau

Quinta-feira, 23 de Dezembro de 1999

Frelimo e Chissano grandes vencedores

O partido Frelimo e o seu candidato às presidenciais venceram as eleições de 3 e 4 de Dezembro, onde a Frelimo somou 115 deputados contra 107 da Renamo/União Eleitoral e Joaquim Alberto Chissano obteve 52,29 por cento, contra 47,71 por cento do seu rival, Afonso De Lakhama.

Hélder Vaz aponta falhas da CNE RGB ganha mais um deputado na recontagem dos votos

O líder da RGB, Hélder Vaz, apontou a Comissão Nacional de Eleições (CNE) como sendo o responsável pelos actos sucessivos de irregularidades detectadas ao longo do processo eleitoral de 28 de Novembro findo.

“Não admitiremos que a CNE e as CREs voltem a cometer erros nas mesas de Assembleias de Voto”, sublinhou o presidente da RGB que falava anteontem em conferência de imprensa, na qual prometeu apoiar o candidato do PRS, Koumba Ialá, na 2ª volta das eleições presidenciais, previstas para dia 16 de Janeiro próximo.

Helder Vaz adiantou que o seu

partido nunca apoiará qualquer formação política que tenha intenções de destruir a Guiné-Bissau e esclareceu que “o nosso combate é a favor do pão, da saúde... e não a favor do banditismo e corrupção”.

O líder do “Galo Branco sublinhou que os resultados do escrutínio foram manipulados”.

“Os votos brancos e nulos foram usados e preenchidos a favor de alguns partidos”, acusou.

Para além disso referiu que os votos do “Galo Branco foram sub-

traídos em várias mesas de assembleia de votos.

Helder Vaz referiu que o seu partido registou a disparidade numérica das actas de síntese que totalizam três mil votos e “a CNE e o PAIGC é que sabem quem é que deram estes votos”.

O líder da RGB afirmou que o seu Partido acabou por aceitar os resultados, após ter remetido um recurso junto ao Supremo Tribunal de Justiça para a recontagem dos votos do círculo eleitoral-17, refer-

ente ao sector de Pirada.

“Recebemos uma nota do Supremo Tribunal de Justiça de que a informação prestada pela CRE de Gabú na recontagem dos votos, deu razão a RGB”.

Esta situação, segundo ele, aconteceu em vários outros círculos eleitorais o que significa reduzir as expressões do povo da Guiné à RGB.

O líder da RGB disse que o seu partido conta actualmente com 29 deputados.

“Nós aceitamos este resultado para garantir que haja estabilidade no país” rematou para de seguida esclarecer que a RGB não utilizou o seu fundo na compra de votos como tem sido com o PAIGC.

O presidente da RGB disse que o combate decisivo do seu partido foi sempre contra o PAIGC que “desestabilizou o país durante 25 anos”, tendo acrescentado que “é preciso dismantelar o seu regime”.

Aruna Jamanca

Contradições amorosas

Sobrinho mata tio à machadada

Aconteceu na noite do dia 16 para 17 do corrente mês, no bairro de Belém, um jovem de nome António Wiliam Nhande, de 26 anos, matou clandestinamente no seu quarto o tio de nome Domingos Vieira, de 29 anos, depois amarrou-o com uma corda no pescoço e atirou-o para dentro de um poço em anexo ao quintal da casa onde moram.

Segundo fontes próximas, o assassínio surpreendeu o tio quando estava a dormir, com três machadadas na cabeça que originou a sua morte imediata. Momentos depois, fugiu para a Embaixada de Portugal com o intuito de proteger-se. No local, encontrou um vizinho a quem deu explicações do sucedido para que este transmitisse a triste notícia aos familiares. Como não conseguiu o agasalho na Embaixada, refugiou-se na sede da LGDH, local onde foi detida pela Polícia Judiciária com a colaboração do vice-presidente dessa ONG.

De acordo com a mesma fonte, razões do crime presume-se com contradições amorosas explicadas em duas versões muito contraditórias.

A primeira, disse que os dois se cruzavam numa namorada. Desde então, nasceu o conflito que veio agudizar-se ao ponto de se separarem em alguns aspectos de relacionamento, nomeadamente diálogo, deixaram de comer juntos, não obstante terem continuados a dormir no mesmo quarto, mas em camas diferentes.

A segunda versão, talvez mais próxima da realidade, disse que o malogrado desacordava

com o namoro do assassínio com a rapariga que, segundo a versão, é subrinha da sua cunhada.

Entretanto, o acontecimento criou grande choque aos moradores daquele Bairro, sobretudo os mais próximos do autor da crime porque, segundo eles, é difícil acreditar que foi uma coisa normal, visto que o António é um rapaz calmo e respeitador das pessoas.

Neste momento, o assassínio encontra-se sob custódia da PJ esperando o julgamento do caso.

Apego

Embaixada da Suécia muda para Dacar

Em Janeiro do ano 2000, o Governo Sueco vai abrir uma Embaixada regional em Dacar, com o objectivo de reforçar a presença da Suécia na África Ocidental.

Segundo um comunicado distribuído à imprensa, esta instituição irá cobrir um círculo de países da sub-região e assuntos de carácter consular.

Nestes termos, a missão diplomática da Suécia em Bissau será encerrada até final do mês em curso e as funções diplomáticas serão transferidas na sua totalidade para a capital senegalesa.

O chefe de missão da Embaixada em Dacar, será o embaixador Bo Wilén.

O encerramento desta Embaixada, segundo o mesmo comunicado, não significa a intenção do Governo Sueco em distancia-se da Guiné-Bissau, ao contrário, a cooperação para o desenvolvimento será canalizada através da Asdi, que terá um escritório em Bissau, chefiado por Lars Nilson, primeiro secretário da Embaixada da Suécia em Dacar.

UEMOA

Integração efectiva para o desenvolvimento

Um grupo de 62 jornalistas provenientes de 8 Estados membros da União Económica Monetária Oeste Africana (UEMOA) reuniram-se recentemente em Lomé, no âmbito de um seminário.

O encontro que foi organizado pela comissão da UEMOA serviu para a formação, informação e sensibilização dos jornalistas, com vista ao seu envolvimento na obra

de integração numa união dos oito países da região africana.

Importa sublinhar que, a margem deste encontro, decorreram na capital togolesa, a quarta cimeira dos chefes de Estados da UEMOA, na qual a Guiné-Bissau foi representada pelo Secretário de Estado do Tesouro e a 45ª reunião dos chefes de Estado da CEDEAO

Continua na próxima edição

Domingos Meta Camará, envi